

As crianças estão nos noticiários: a imprensa escrita periódica na construção da História da Infância (Jornal *Diário Catarinense*, 1986-1990)

*Children are in the news: the periodic press in the construction of
History of Childhood (Diário Catarinense journal, 1986-1990)*

Anelise Rodrigues Machado de Araujo¹

Resumo: A imprensa escrita periódica é frequentemente utilizada em estudos que se dedicam à História da Infância. Concomitantemente, a historiografia tem apreendido que os noticiários da grande imprensa reelaboram sentidos, produzem memória social e participam ativamente de processos históricos. A partir de pesquisa realizada no jornal *Diário Catarinense*, em edições veiculadas entre 1986 e 1990, este artigo pretende fazer uso de ferramentas teórico-metodológicas foucaultianas para instigar reflexões sobre o uso dos noticiários na condição de documentos para a História da Infância.

Palavras-chave: História, Noticiários, Infância.

Abstract: The periodical press is often used in studies dedicated to the History of Childhood. Concomitantly, the historiography has seized the news that the mainstream media reelaborates the senses, produce social memory and actively participate in historical processes. From research in the *Diário Catarinense* journal, in conveyed editions between 1986 and 1990, this article intends to make use of theoretical and methodological Foucauldian tools to instigate reflections on the use of the news providing documents for the History of Childhood.

Keywords: History, keyword 2, Childhood.

“A adoção é um ato de amor, não se presta ao mercantilismo criminoso”². Foi com essa frase que o editorial do jornal *Diário Catarinense*, em 19 de junho de 1986, opinou acerca do caso de bebês

¹ Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bacharel e Licenciada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Este artigo trata-se de uma revisão do Capítulo 1 de meu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, intitulado: “Vítimas do descaso, objetos da ilegalidade: o tráfico de crianças para adoção através das páginas do jornal *Diário Catarinense* (1985-1990)”. E-mail: anelise.hst@gmail.com

² DIÁRIO CATARINENSE, 19 de junho de 1986, p. 04.

catarinenses vendidos para pais e mães adotantes estrangeiros desvendado dois dias antes pela Polícia Federal. De acordo com as reportagens, cerca de 150 recém-nascidos foram comprados de suas mães, estas descritas como solteiras e provenientes de populações carentes, e adotados por famílias estrangeiras. Após este caso, o periódico que fora lançado em maio do mesmo ano, passou a noticiar com frequência casos de crianças que eram comercializadas ilegalmente em diversos Estados do Brasil, conferindo assim visibilidade às trajetórias daqueles bebês. O editorial, que é a página que se pretende mais opinativa da edição de um jornal, afirmava ainda, que:

As crianças abandonadas não têm o direito de escolher seu futuro, mas pais sem filhos ou desejosos de, por motivos pessoais, ampliarem a família, encontram na adoção legal a meritória oportunidade de salvar uma vida que, normalmente, estaria destinada à miséria e à marginalização³.

A partir de tal enunciado, é possível apreender a situação de vulnerabilidade que se atribuía às crianças pobres, em especial as que se encontravam em situação de abandono; além do mérito dos pais adotivos em oferecer um lar e um padrão de vida considerado favorável ao pleno desenvolvimento daquele “ser em construção”; e, principalmente, um anseio de retirar tais crianças, “futuros-adultos”, das consideradas margens da sociedade. O editorial explicita, dessa forma, seu posicionamento favorável à adoção, inclusive por estrangeiros, por entendê-la como uma forma de recolocar crianças em famílias que lhes forneçam a perspectiva de um “futuro melhor”.

Em outro editorial, veiculado em 03 de setembro de 1986, novamente entra em cena essa perspectiva, presente em todo o texto e traduzida com afincamento na afirmação de que “adotar uma criança carente é um ato de amor, que visa salvá-la da miséria, da marginalidade, e da carência afetiva”⁴. Essa atenção e, de certa maneira, preocupação emanada pelas páginas do jornal para com a questão da infância, abandonada ou vítima de ato ilícito, apresenta uma história que nem sempre foi assim. Ao analisar 197 peças publicitárias sobre crianças, veiculadas no jornal *O Estado*

³ DIÁRIO CATARINENSE, 19 de junho de 1986, p. 04.

⁴ DIÁRIO CATARINENSE, 03 de setembro de 1986, p. 04.

durante as décadas de 1940 e 1950, a historiadora Ana Carolina Dionísio constatou que apenas 1 delas estava endereçada ao público infantil⁵.

Observando essa crescente atenção delegada à infância por parte da mídia impressa, a socióloga portuguesa Cristina Ponte afirma que isto se dá devido ao declínio da representação social das mulheres como seres frágeis no contexto de consolidação dos discursos do Movimento Feminista⁶. Segundo a socióloga, “em 1976, dois investigadores norte-americanos, Everette Dennis e Michael Sadoff davam conta na revista *Journalism Quaterly* da quase ausência de cobertura de situações de vida das crianças pelos *media* noticiosos do país (...)”⁷. Se desde a década de 1970 as mulheres estariam sendo substituídas pelas crianças como ícones de inocência e referência moral, na década seguinte estas passariam a integrar a agenda das redações com cada vez mais frequência. Entretanto, sobre essa afirmativa de Ponte, cabe salientar que as representações sociais que tratam de mulheres e crianças como figuras frágeis podem coexistir, ou seja, não necessariamente há a substituição de uma por outra num processo de linearidade e simultaneidade.

Assim como para a imprensa, no campo da História a infância passou a receber olhares privilegiados a partir dos anos 1980. De acordo com Silvia Maria Fávero Arend, a emergência da produção do conhecimento histórico sobre a infância naquela época, deve-se principalmente, aos Programas de Pós-graduação das Universidades públicas e privadas⁸. Além disso, a historiadora afirma que:

A emergência da História da Infância no Brasil nos últimos 15 anos está associada, por um lado, ao desenvolvimento interno da disciplina no campo da História Social e, por outro, ao que se sucedeu com o mundo infanto-juvenil no país. A partir de 1980, com o fim do Regime Militar, a sociedade brasileira

⁵ DIONÍSIO, Ana Carolina. **Crianças anunciadas, infâncias produzidas**: infância e publicidade nas páginas do jornal O Estado (décadas de 1940 e 1950). 2007. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. p. 10.

⁶ PONTE, Cristina. **Crianças em notícia**: a construção da infância pelo discurso jornalístico 1970-2000. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2005. p. 87.

⁷ PONTE, op. cit., 2005, p. 83.

⁸ AREND, Silvia Maria Fávero. **Filhos de criação**: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Porto Alegre, 2005, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 6.

presenciou um intenso debate acerca do chamado problema da infância.⁹

Naquele momento, tanto o Estado quanto a sociedade em geral, optaram por conceder mais atenção às crianças do país. Incluem-se, pois, jornalistas e historiadores. Quanto a essa intensificação dos debates, pode-se associar também à difusão da noção de infância burguesa. Tal concepção, que vinha sendo formulada e implementada na sociedade brasileira desde fins do século XIX, visava garantir que a criança atingisse a idade adulta estando sadia para o mundo do trabalho e apta ao pleno exercício da cidadania.

Não obstante, essa priorização da questão da infância foi formulada, anunciada e debatida por uma categoria etária bastante específica: os adultos. Para a socióloga Leena Alanen, a chamada pseudo-inclusão é tão comum quanto a prática de exclusão da criança enquanto objeto de estudo, e, por quê não, da mídia¹⁰. Essa inclusão é considerada pela autora como falsa por partir de uma socialização “adultocêntrica”, em que as crianças apenas aparecem a partir do ponto de vista dos adultos. A crítica à perspectiva “adultocêntrica” só seria possível através do argumento de que as crianças também constituem uma categoria social. É sob esse prisma que outra socióloga, Ângela Pinheiro, apresenta seus objetos de investigação:

Tenho em consideração a criança e o adolescente não apenas como segmentos etários, caracterizados por critérios biológicos, mas como sujeitos sociais que ocupam ou não determinados lugares na vida social, a partir de significados que lhes são atribuídos pela teia de relações que engendram na sociedade brasileira.¹¹

⁹ AREND, Silvia Maria Fávero. Por uma história da infância no Brasil: desafios e perspectivas. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília; CABRAL, Alcileide (Org.). **História da infância em Pernambuco**. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 21.

¹⁰ ALANEN, Leena. Estudos feministas/estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: CASTRO, Lucia Rabello de. **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001, p. 70.

¹¹ PINHEIRO, Ângela. **Criança e Adolescente no Brasil**: Porque o Abismo entre a Lei e a Realidade. Fortaleza: Editora UFC, 2006. p. 36.

Os significados tecidos em torno da infância são representações sociais, as quais, por sua vez, “são essencialmente construções sociais”¹². Assim, a construção social e cultural da infância no Brasil parte de um esforço contínuo para naturalizar determinadas práticas, tais como em relação à escolarização e aos cuidados com a higiene. Desta feita, naturaliza também as representações sobre as crianças, concebidas como vulneráveis, carentes de instrução e controle, legítimos seres em processo de se tornarem sociais.

O conceito de infância não é fixo nem imutável. Aliás, Reinhart Koselleck assegura que todos os conceitos são históricos e, portanto, polissêmicos e passíveis de redefinições no transcorrer dos tempos¹³. Neste ensejo, o trabalho de Philippe Ariès, intitulado no Brasil “*História Social da Criança e da Família*”¹⁴, ficou conhecido por apresentar a historicidade da representação social da infância ao afirmar que até o século XVIII não havia uma distinção bem delineada entre adultos e crianças. Apesar de ser um trabalho bastante citado, a historiografia recente tem feito críticas ao estudo de Ariès ao ponderar algumas questões sobre os documentos utilizados pelo historiador – basicamente vestígios das classes europeias mais abastadas¹⁵, ou ainda sobre a linearidade proposta por Ariès, já que talvez o sentimento da infância tivesse aumentado com a Modernidade, mas não seria necessariamente uma novidade daqueles tempos¹⁶.

Para compreender esse processo de aceitação cultural da representação social da infância, convém observar que há um discurso dominante o qual instaura na sociedade a percepção de que cada coisa possui seu lugar, suas características e sua razão de ser. Foi por essa perspectiva que nas sociedades ocidentais o “adultismo” emergiu e conseguiu se manter em jogo, na medida em que se apresentava como o ideal face ao desacreditado. O adulto é privilegiado por já se tratar de um ser considerado social, com pleno desenvolvimento de seu físico e com

¹² PINHEIRO, op. cit., 2006, p. 35.

¹³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Contraponto, 2006. p. 108.

¹⁴ ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006.

¹⁵ COUCEIRO, Sylvia Costa. Entre “anjos” e “menores”: representações sobre a criança nos séculos XIX e XX. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília; CABRAL, Alcileide. **História da Infância em Pernambuco**. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 102.

¹⁶ GÊLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 328.

experiências de vida acumuladas – e, portanto, aptas a “falar” pelas crianças.

O discurso acerca das relações etárias se configura em diversas esferas da sociedade. Assim como é comum ver pessoas perguntando aos pais e mães de recém-nascidos “qual o sexo do bebê”, está naturalizado perguntar a eles também “qual a idade da criança”. Ou seja, tanto a identidade de gênero, geralmente considerada por esse discurso normatizador apenas pela perspectiva binária homem/mulher, quanto a divisão em categorias etárias se encontram “naturalizadas” e não são imutáveis ao passar dos séculos. Entretanto, deve-se observar que apesar dessa “naturalização”, trata-se sobretudo de um processo de construção social de características que representam um fator constituinte das identidades individuais, já que se pode dizer que nome, sobrenome e idade se tornaram no decorrer da História da sociedade ocidental características fundamentais para os indivíduos, conforme assegura Philippe Ariès:

O nome pertence ao mundo da fantasia, enquanto o sobrenome ao mundo da tradição. A idade, quantidade legalmente mensurável com uma precisão quase de horas, é produto de um outro mundo, o da exatidão e do número. Hoje, nossos hábitos de identidade civil estão ligados ao mesmo tempo a esses três números¹⁷.

A grande imprensa periódica possui um papel fundamental na difusão desses ideais, na medida em que se constitui como importante veículo de comunicação. Mais que isso, cabe observar que os meios de comunicação não são somente mediadores entre o público e a informação, mas também ferramentas importantes de elaboração de novas representações acerca da vida social ou mesmo de renovação das representações já existentes. Ou seja, não se tratam de espelhos neutros da dinâmica social, no entanto são reflexos dos próprios discursos que circulam e estão em pauta no meio social a que pertencem. Quanto ao jornal *Diário Catarinense*, as propagandas do próprio jornal demonstram o quanto buscava construir-se não como um simples propagador de informações, todavia como um formador de opiniões.

¹⁷ ARIÈS, Philippe. op. cit, 2006, p. 2.

Até o ano de 1990 foram incontáveis as páginas que o *Diário Catarinense* utilizou para realizar sua própria publicidade. Através delas, apresentava-se a seus leitores como o melhor veículo de comunicação do estado catarinense, o mais lido e, sendo assim, indispensável para todos que se pretendiam pessoas bem informadas. O *Diário Catarinense* era editado pelo Grupo Rede Brasil Sul (RBS), uma afiliada regional da maior emissora de televisão da América Latina, a Rede Globo, que já na década de 1980 publicava diversos jornais impressos, possuía canais na televisão e estações de rádio.

Na reportagem que comemorava os 2 anos do lançamento do *Diário Catarinense*, seu fundador foi homenageado em um texto especial. Este afirmava o seguinte: “Maurício Sirotsky Sobrinho tinha na implantação deste jornal um dos maiores sonhos de sua vida. Infelizmente, não chegou a vê-lo realizado. A fatalidade tirou-o do nosso convívio dias antes de o primeiro número do *Diário Catarinense* sair às ruas”¹⁸. O então presidente do grupo RBS havia falecido no dia 24 de março, quando o jornal fora lançado a 5 de maio de 1986. Entretanto, sua memória era constantemente exaltada, elucidando a tradição da empresa no ramo e os méritos de seu idealizador.

Um ano após, na comemoração do aniversário de lançamento de 1989, outra peça publicitária também chama atenção. Intitulada “Três anos integrando através da comunicação”¹⁹, a peça sugeria que “Santa Catarina ganhou com a informação. A informação ganhou com Santa Catarina”. Desta forma, aludia que a informação era gerada pelos próprios catarinenses leitores do jornal. Grosso modo, é como se a figura do jornalista fosse de um interlocutor, simplesmente narrando os fatos para quem não os tivesse visto. Deste modo, o periódico buscava fidelizar seu público leitor e consumidor, já que, sendo uma publicação editada por uma empresa, o jornal precisava ser vendido para prover lucro a seus donos e permanecer no mercado.

Para o historiador Carlos Bacellar, “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu”²⁰. Ao considerar um jornal um documento, ou seja, uma possibilidade de se apreender a História por meio da imprensa, deve-se perceber que o mesmo é elaborado por sujeitos históricos ativos, imersos em um contexto específico

¹⁸ DIÁRIO CATARINENSE, 5 de maio de 1988, p. 03.

¹⁹ DIÁRIO CATARINENSE, 5 de maio de 1989, p. 20 e 21.

²⁰ BACELLAR, Carlos. Uso e o mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2006. p. 63.

e que não estão isentos de seus respectivos discursos. Conforme afirma Michel Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”²¹. Portanto, Foucault afirma que o discurso não só diz, como também é e faz.

Assim, o discurso é o que determina as palavras que aparecem no jornal e as outras práticas que elas podem gerar a partir de sua enunciação. Além disso, ao se travar uma análise do discurso, Foucault afirma que o autor não deve ser entendido simplesmente como aquele que escreve o texto, “mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”²². Tal ponderação está em consonância com a afirmação de que “documento algum é neutro”, ao passo que possui as marcas de quem o produziu.

Visto que um dos objetivos da grande imprensa periódica é a conquista de um público de leitores, conforme é possível assegurar através das inúmeras propagandas do *Diário Catarinense*, são relevantes também as ponderações de Pierre Nora sobre o assunto. Nora é um historiador conhecido por suas contribuições à chamada “Nova História”, como é chamada a terceira geração da corrente historiográfica da Escola dos *Annales*. Junto a outro historiador francês, Jacques Le Goff, lançou a trilogia “Fazer História”, na qual trata do “regresso do acontecimento” em seu ensaio publicado no primeiro tomo da obra.

Neste ensaio, Nora escreve sobre a relação estabelecida entre as sociedades na história dita contemporânea com os acontecimentos, suas formas de atingir o público e o trato ao imediatismo dado pela História. Para o autor, estar no passado constitui o acontecimento, porém não o suficiente para torná-lo histórico, já que para isso ele precisa ser conhecido. Logo, a influência das mídias de massa passa a ser decisiva para que o acontecimento seja, por fim, conhecido.

Se a produção do acontecimento passa pela publicização do mesmo, três elementos são analisados por Pierre Nora: a imprensa, a rádio e as imagens. Na concepção do autor, as afinidades entre os meios de comunicação e o acontecimento são inseparáveis. Afinal, “há vários meios

²¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 10.

²² FOUCAULT, op. cit., 2008, p. 26.

de se comentar os Jogos Olímpicos, há muitos poucos de os mostrar”²³. E, quando se mostra, assim como quando se fala ou se escreve, se está fazendo uma escolha orientada – logo, o acontecimento é “manuseado” por quem o transmite, passando por “metamorfoses”.

Numa reportagem do jornal *Diário Catarinense* de 15 de junho de 1986, noticiava-se que “imprensa ajuda a encontrar menina”²⁴. Segundo a matéria, “o trabalho da imprensa também cumpre um papel fundamental na localização de desaparecidos. Através da divulgação de uma foto nos jornais e na televisão, a goiana Patrícia Martins, de 15 anos, foi localizada por sua família”²⁵. A garota, saída de Araguaçu em Goiás e encontrada em Florianópolis, havia fugido da casa de seu tio e foi facilmente identificada após ter sua imagem veiculada pela imprensa nacional. Neste caso, o desaparecimento dela ter sido “manuseado” publicamente foi crucial para que Patrícia fosse logo encontrada por sua família. É a respeito do “manuseio” do acontecimento que Michel Foucault lança suas observações no que tange à produção do discurso:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.²⁶

Logo, quando se trata da produção do discurso, o que está em jogo é a capacidade de formulação e de propagação do mesmo. O discurso jornalístico é, sem dúvidas, um produtor de discursos, inclusive por visar esta posição. Cabe, então, problematizar o quanto de autonomia é necessário para se tornar tão formulador quanto propagador, afinal sem a “autonomia” seria um mero reproduzidor dele mesmo ou de outros discursos. Essa condição de autonomia fica limitada devido à imersão do discurso jornalístico em seu contexto sociocultural. Para Michel Foucault, são os discursos que exercem seu próprio controle.

²³ NORA, Pierre. O regresso do acontecimento. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **Fazer história**: novos problemas. Portugal, Bertrand : 1977. p. 248.

²⁴ DIÁRIO CATARINENSE, 15 de junho de 1986, p. 46.

²⁵ DIÁRIO CATARINENSE, 15 de junho de 1986, p. 46.

²⁶ FOUCAULT, op. cit., 2008, p. 8.

Ao desvelar uma análise do discurso da mídia impressa, mais designadamente do periódico *Diário Catarinense*, percebe-se que as crianças emergem na imprensa periódica através de construções que as colocam sob custódia de outros discursos. Já que elas não são consideradas vozes ativas na sociedade, é como se os adultos tomassem para si a atribuição de discorrer sobre o universo infanto-juvenil. Neste caso, as vozes autorizadas são as dos políticos, dos pais, de operadores do Direito, de psicólogos, de assistentes sociais, de representantes de instituições religiosas, etc.

Outra matéria do *Diário Catarinense* da edição do dia 15 de junho de 1986 tornou notícia os meninos Zenito, Rubens e Manuel ao denunciar que com 13, 12 e 16 anos, respectivamente, eles trabalhavam na pesca²⁷. Essa condição constituiu-se como um impeditivo para que os garotos pudessem se dedicar aos estudos. Se Zenito, Rubens e Manuel não eram notícia até aquela edição do impresso, a partir desta passaram a ser. E o fato de tê-los tornado notícia possibilita que sejam formulados discursos sobre eles, inclusive o que estava implícito naquela matéria: de que as atividades laborais infanto-juvenis retiravam as crianças da escola para que passassem a auxiliar no sustento do lar, o que deveria ser uma obrigação dos adultos.

O enaltecimento da escola se constitui como peça-chave para a difusão da noção burguesa de infância, para a qual o lugar da criança é na escola. Esta não seria um local voltado somente para a educação, já que através dela seria possível inculcar a criança de “bons hábitos”, além de disciplina. Sobretudo, a educação tornar-se-ia um espaço político, em que as desigualdades sociais seriam facilmente percebidas.

Em um artigo redigido pelo professor Luiz Henrique Mendes de Campos para a edição de 31 de janeiro de 1987, ressalta-se que “as disparidades sociais do País e do Estado refletem-se diretamente sobre todo o nosso sistema educacional”²⁸. Para o professor, para uma criança aprender, ela precisa estar em condições de estudar. Logo, os filhos das classes mais abastadas não possuem mais fácil acesso à escola, como também assimilam melhor o ensino. Nas palavras de Luiz Henrique, “em Santa Catarina, como no Brasil, os fatores externos – econômicos, políticos e sociais – são os que exercem maior influência sobre a educação”²⁹.

²⁷ DIÁRIO CATARINENSE, 15 de junho de 1986, p. 09.

²⁸ DIÁRIO CATARINENSE, 31 de janeiro de 1987, p. 06.

²⁹ DIÁRIO CATARINENSE, 31 de janeiro de 1987, p. 06.

Em mais um editorial, desta vez na edição de Natal de 1988, a opinião expressa pelo *Diário Catarinense* é que “importa pouco possuir um alto PIB, se esta nação não for capaz de preservar a vida de suas crianças”³⁰. Para esse discurso, acredita-se que a capacidade de preservar a sobrevivência das crianças em cada país está diretamente associada a um indicador do alto padrão de vida de sua população. Por essa perspectiva, se pensada inversamente, os altos índices de mortalidade infantil seriam uma característica intrínseca aos países que estivessem majoritariamente constituídos por famílias pobres. No caso brasileiro, a taxa de mortalidade infantil sofreu melhoras expressivas no decorrer do século XX, passando de 160 óbitos por mil em 1960, para 87 por mil em 1987. Em certo trecho do editorial, explicita-se que a manutenção da vida não estaria simplesmente inerente ao plano do econômico, mas também do social e do cultural:

A melhoria nos índices de mortalidade infantil pressupõe, obviamente, a elevação geral da qualidade de vida, o que, por sua vez, pressupõe transformações econômicas e culturais. A preservação da saúde das crianças exige não apenas um salário familiar mais elevado, como também a difusão de instrução popular e a propagação de normas alimentares e de higiene, sem as quais a própria elevação do poder aquisitivo pode anular-se.³¹

No entanto, o assunto não era novo nas páginas do *Diário Catarinense* e a associação entre altos índices de mortalidade infantil e de pobreza era ainda a constatação mais habitual veiculada pelas páginas do periódico. Em 03 de agosto de 1986 a matéria “Mortalidade, uma questão política” enunciava o tom do problema. De acordo com o texto, “a principal causa da altíssima taxa de mortalidade infantil é a miséria, agravada com a recessão econômica do biênio 83/84”³². Logo, observam-se duas situações em que o discurso do jornal associa o índice de óbitos infantis ao estado de miséria por considerá-la um impeditivo à informação e formação necessárias para que a família saiba cuidar de suas crianças e mantê-las sadias.

³⁰ DIÁRIO CATARINENSE, 24 e 25 de dezembro de 1988, p. 04.

³¹ DIÁRIO CATARINENSE, 24 e 25 de dezembro de 1988 p. 04.

³² DIÁRIO CATARINENSE, 03 de agosto de 1986, p. 19.

O combate aos casos de mortalidade nos primeiros anos de vida, explicitamente presente nas páginas do *Diário Catarinense*, esteve no foco de diversas políticas sociais brasileiras desde o final do século XIX. Dando seguimento os interesses estatais em implementar a ordem capitalista na nascente República brasileira, o espaço privado foi regulamentado. Mais especificamente, as famílias sofreram uma intervenção normativa. O conceito de norma empregado por Jurandir Freire Costa assegura que:

A norma, embora possa incluir em sua tática o momento repressivo, visa prioritariamente a prevenir o virtual, produzindo fatos novos. A regulação é o mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta comportamentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis. Pela regulação os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais.³³

Diante de tal premissa de adaptação à ordem, a norma familiar burguesa caracteriza-se pela presença de um conjunto de práticas e valores, conforme indicados por Silvia Maria Fávero Arend:

Composição pai, mãe e filhos; presença do amor romântico entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação aos filhos; a sexualidade do casal deve ser pautada pela prática da monogamia e pelo heteroerotismo; à mulher caberia a administração do mundo doméstico e a maternagem das crianças, enquanto o homem tornaria o provedor, atuando no âmbito público; as relações de parentesco entre os membros da família seriam construídos a partir de dois eixos, isto é, consanguinidade e afetividade.³⁴

³³ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. p. 50.

³⁴ AREND, Silvia Maria Fávero. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). Uberlândia, **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, p. 275 e 276, 2007.

No caso brasileiro, esse conjunto de discursos foi introduzido inicialmente por médicos higienistas, uma vez que estes se insurgiam com os índices de mortalidade infantil averiguados nas últimas décadas do século XIX. Tal composição desta norma possui caráter instrumental, na medida em que a família se tornou um dos principais “canais” no processo da gestão da população, um elo entre o governo estatal e os indivíduos que a compõem. No Brasil, diferente da Europa, tal conotação ocorreu no século XX. Ao analisar a passagem da representação da família como modelo de governo para instrumento de governo, fenômeno que ocorreu na Europa a partir da segunda metade do século XVIII, Michel Foucault afirma que essa instrumentalização categoriza “a família como elemento no interior da população e como instrumento fundamental”³⁵. Neste contexto, Jurandir Costa acrescenta que:

O Estado moderno, voltado para o desenvolvimento industrial, tinha necessidade de um controle demográfico e político da população adequado àquela finalidade. Esse controle, exercido junto às famílias, buscava disciplinar a prática anárquica da concepção e dos cuidados físicos dos filhos, além de, no caso dos pobres, prevenir as perigosas consequências políticas da miséria e do pauperismo.³⁶

Segundo o autor, dois tipos de intervenção normativa foram praticados no sentido de introduzir o ideal da familiar burguesa na sociedade brasileira³⁷. A primeira delas foi viabilizada pela medicina doméstica, a qual propunha que a família se rearranjasse de modo a privilegiar a educação das crianças. Como esta situação condizia apenas com as práticas da elite, a segunda ocorreu através de campanhas de moralização e higiene das famílias pobres.

Propagar o ideal da infância, que vê as crianças como seres frágeis, mercedores de cuidados e boa educação, deixou de ser apenas uma estratégia política de discursos específicos do final do século XIX, na

³⁵ FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986., p. 288

³⁶ COSTA, op. cit., 2004, p. 51

³⁷ COSTA, op. cit., 2004.

medida em que a norma familiar burguesa passou a ser tomada como um “ideal para todos” e difundida entre as demais camadas sociais. A representação da fragilidade infantil se ampliou. As crianças receberiam cuidados específicos para que não mais morressem devido a descuidos cometidos por seus pais no século XIX; nem para que se tornassem delinquentes ou abandonadas, a serem assistidas pelo Código de Menores de 1927. Ao longo do século XX essas preocupações ampliam-se e o discurso que se percebe já no final dos anos 1980 seria confirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990: de que *todas* as crianças poderiam ser vítimas (de suas famílias, do Estado, da sociedade) e, portanto, necessitariam de desvelos especiais.

O chamado “problema do menor”, amplamente debatido no Brasil na década de 1980, tratava das crianças em “situação irregular”, ou seja, órfãos, abandonados, em vivência de rua, delinquentes, etc. A ausência do que se considerava “estrutura familiar” era explícita nesses casos. É possível perceber, inclusive, a partir do próprio *Diário Catarinense*, como no artigo publicado em maio de 1986 o qual afirmava que “lamentavelmente o grande equívoco da sociedade brasileira tem sido encarar a questão do menor como problema autônomo, quando se trata de problema derivado. Não existe menor carente, abandonado. Existe, isto sim, família carente, abandonada.”³⁸. Neste mesmo artigo, o autor ainda acrescenta que:

A política social global deve envolver a educação, mas com enfoque social; o ensino não deve ser apenas meramente formal; a escola deve ser voltada para a realização dos grupos marginalizados; se não há evasão escolar, novos currículos, novos métodos de ensino devem ser incorporados, novas alternativas perseguidas.³⁹

Após um século, o discurso construído acerca da norma familiar havia se estendido e educar as crianças era uma questão social tangente a todos os estratos sociais. Assim, de acordo com o educador Marcus Vinicius da Cunha, tanto a família quanto a escola possuem o mesmo caráter educacional: “conduzir pessoas, levando-as do lugar e do estado em que se

³⁸ DIÁRIO CATARINENSE, 14 de maio de 1986, p. 06.

³⁹ DIÁRIO CATARINENSE, 14 de maio de 1986, p. 06.

encontram no presente para um espaço futuro, supostamente melhor, mais desejável, superior”⁴⁰. Afinal, o objetivo primordial da família e da escola - que passariam a atuar em conjunto - seria a formação de adultos saudáveis, capazes de assegurar um futuro profícuo para o país. Logo, esperar que a escola se tornasse um espaço de adequação das crianças e jovens à sociedade, conforme se observou em matérias do *Diário Catarinense*, é um anseio historicamente construído.

Se família e escola precisariam atuar juntas na educação dos indivíduos de tenra idade, para a medicina social do século XIX isso significou que pais e mães também precisariam ser educados. Segundo Costa, “esta recodificação na imagem infantil deveu-se, em grande parte, à reação dos higienistas face à mortalidade das crianças. A criança morta deixou de ser vetor da esperança religiosa dos pais para tornar-se um libelo contra o sistema familiar por eles mantido”⁴¹. Acreditava-se, pois, que a principal causa dos óbitos infantis era a imprudência dos adultos, a qual estaria diretamente vinculada à tenuidade dos laços afetivos entre pais e filhos.

O termo “família” é bastante polissêmico, já que variados modos de organização humana podem ser classificados como tal. Segundo Faria, “inicialmente, é necessário estabelecer o que significa a palavra “família” para a época, ou pelo menos, o que nós, historiadores, estamos considerando como tal”⁴². Logo, seu significado está atrelado a lugares espaços-temporais e culturais distintos, não sendo assim, considerada como composta por categorias fixas. Sobre a elaboração da norma familiar burguesa, Faria acrescenta:

Este ideal de família poderia servir de sùmula dos objetivos da higiene doméstica. Em primeiro lugar, o pai era situado no quadro familiar, dentro de limites bem precisos. Ele deveria responsabilizar-se pela proteção material do filho. Tinha, por conseguinte, que buscar fonte de rendas que não se opusessem ao bem-estar das crianças. Em segundo lugar, a mulher ganhava um

⁴⁰ CUNHA, Marcus Vinicius da., A escola contra a família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 447.

⁴¹ COSTA, op. cit., 2004, p. 162

⁴² FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 40.

papel autônomo no interior da casa, o de iniciadora da educação infantil. Sua função não seria a de mera guardião do patrimônio do marido. Finalmente, em terceiro lugar, os papéis da família e da infância eram redefinidos, de modo a se contraporem ao antigo ethos familiar. Os filhos deveriam ser criados para amar e servir à “humanidade” e não para amar e servir à família.⁴³

De acordo com Jurandir Freire Costa, desde então houve o investimento na educação das crianças tendo como pressuposto a imposição de novas práticas e da disciplina. A criança deixa de ter o papel secundário que possuía na família colonial. Se antes a figura paterna era o centro das atenções, para a família nuclear burguesa era impreterível recopilar o papel das crianças. Para isso, a representação da criança frágil foi de suma importância.

Ao analisar o conceito de representação de Roger Chartier, a historiadora Mary Anne Junqueira afirma que “para este autor, as representações não são discursos neutros, uma vez que produzem estratégias e práticas sociais”⁴⁴. Essa produção de estratégias e práticas é facilmente percebida nas páginas do *Diário Catarinense*, como em uma matéria na qual, ao tratar dos casos de menores abandonados, alegava que “governo e sociedade devem investir mais para propiciar a esses milhões de crianças deserdadas uma vida mais saudável e digna. E este é um investimento de retorno certo e farto, eis que lançado para o futuro”⁴⁵. Neste trecho, está presente tanto a concepção de que o infante merece atenção por ser um investimento que renderá bons frutos no futuro; quanto sua posição de ser *subjugado*, necessitado de ações do governo e da sociedade para alcançarem uma vida saudável por ser incapaz de consegui-lo sozinho.

A grande imprensa periódica brasileira, formada por um conjunto de empresas que movimentam somas vultosas de capitais e que são reconhecidas (e legitimadas) pelo público, é responsável pela mobilização de “acontecimentos”. O discurso da informação, significativamente

⁴³ FARIA, op. cit., 1998, p. 170.

⁴⁴ JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao sul do Rio Grande**: imaginando a América Latina em seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970). Bragança Paulista: Ed. da USF, 2005, p. 19.

⁴⁵ DIÁRIO CATARINENSE, 06 de março de 1987, p. 04.

relacionado à aceleração do tempo histórico no século XX, atribui aos veículos de comunicação de massa a responsabilidade sobre a averiguação dos fatos, a reorganização da trama e a construção de uma narrativa que venha a ser legitimada socialmente. Nesse processo de construção das notícias, a memória social passa a ser composta por esse discurso da informação. Logo, a construção da História, inclusive da História da Infância, que toma a imprensa escrita periódica na condição de documento deve observar que este não somente registra, mas participa da construção social daquilo que noticia.

Artigo enviado em julho de 2013; aprovado em novembro de 2013.